

Mailson aceita subsidiar dívida em até 50 milhões de OTNs

BRASÍLIA — O Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, informou ontem estar disposto a aceitar que o Tesouro Nacional subsidie as dívidas dos micros, pequenos e médios agricultores e empresários urbanos até um limite de 50 milhões de OTNs — CZ\$ 67,8 bilhões, a valores de hoje —, como alternativa ao cancelamento da correção monetária, em discussão na Constituinte.

Mailson calcula que o custo da anistia parcial proposta pelo Senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e pelos Deputados Ziza Valadares (sem partido-MG) e Humberto Souto (PFL-MG) seria de CZ\$ 750 bilhões, se os débitos fossem quitados até 30 de junho. A fusão de emendas prevê, no entanto, que o pagamento se complete apenas 180 dias depois de promulgada a nova Constituição, o que fará o custo crescer, diariamente, de CZ\$ 100 bilhões a CZ\$ 150 bilhões.

A proposta de limitação do subsídio governamental, ressalvou o Ministro, foi levada à negociação entre as Lideranças na Assembléia Constituinte por significar "um dano menor ao Tesouro Nacional". Ele voltou a condenar o cancelamento da correção monetária:

— Representa um desastre para o País.

A decisão de adiar a votação da anistia financeira, tomada ontem pelos constituintes, foi elogiada por Mailson. Na sua opinião, ela dará mais tempo ao Governo para nego-

ciar e explicar aos parlamentares os danos provocados pela medida.

Este trabalho de articulação, na verdade, já está avançado. Se o Ministro, para efeito externo, admite o entendimento, está convencido de que, com um adiamento de dez dias, o Governo tem chances de fazer valer seu ponto de vista e resolver o problema sem desembolsar um tostão. Ele conta com os votos da esquerda e com a ação da imprensa, que tem condenado a idéia como lesiva aos contribuintes. A opinião pública rejeitaria fortemente a anistia financeira, disse, por identificá-la como um "calote".

Os Líderes do Governo, contudo, demonstraram-lhe que a emenda tem apoio justamente dos parlamentares governistas, que formam a maioria da Constituinte. Ressaltaram ter passado muito tempo sem uma atuação enérgica do Executivo no sentido de influenciar o Legislativo. Frisaram que a fusão de emendas, se for levada à votação, será aprovada.

O Ministro da Fazenda argumenta, porém, que é inadmissível qualquer gasto extra, pois soaria como um escândalo o cancelamento dos débitos de uma parte dos mutuários brasileiros, já que isso significaria sacar a descoberto sobre um déficit que se quer conter. Lembrou que o Presidente da República tem feito constantes pronunciamentos sobre a difícil situação do Tesouro Nacional.

Mailson recusou-se a discutir: uma

proposta alternativa do Deputado Luiz Salomão (PDT-RJ), que exclui as médias empresas e isenta apenas 50 por cento da correção monetária. Afastou também a sugestão do Líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PB), que prefere o congelamento da correção monetária por um ano para as pequenas e microempresas. Mesmo assim, Gadelha almoçou com Mansueto, que não abre mão do perdão total para as micros e pequenas empresas, mas concorda em excluir as médias.

Interessado na discussão, o Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, Roberto Konder Bornhausen, pediu ao Banco Central um cálculo do efeito dessa fórmula sobre a capacidade de pagamentos dos empresários — mas não sobre o caixa dos bancos — com três hipóteses diferentes de inflação.

Tomando em conta a fórmula Gadelha, o resultado foi o seguinte: o empresário pagaria imediatamente cerca de 20 por cento, por exemplo, do total de uma dívida de CZ\$ 1 milhão, — CZ\$ 100 mil do principal e CZ\$ 100 mil dos juros. Os restantes CZ\$ 800 mil (relativos à correção monetária) seriam congelados por 12 meses. Com uma taxa média de inflação de 400 por cento, o empresário só pagaria mais 20 por cento. Seriam perdoados 80 por cento. Ou seja, o mutuário só pagaria 40 por cento do total, vantagem que poderia ser ampliada caso a inflação crescesse.

Jânio acha anistia 'perdão esdrúxulo'

BRASÍLIA — O Prefeito Jânio Quadros, de São Paulo, ao se posicionar ontem contra a concessão da anistia para os pequenos e médios empresários, ressaltou:

— Aqueles mesmos que estão procurando defender esse perdão esdrúxulo, inédito, que economia nenhuma do mundo conheceu, vão ser as primeiras vítimas daquilo que pretendem. Irão pagar tudo, crescentemente mais caro, e o provérbio ensina: 'O tiro lhes sai pela culatra'.

As lideranças partidárias da Constituinte decidiram ontem adiar a votação da emenda da anistia e, ao mesmo tempo, iniciaram um processo amplo de negociação sobre o assunto. Só que a votação pode ocorrer hoje pois, para obter o adiamento, os líderes deram aos autores da emenda o direito de requerer a votação a qualquer momento, caso fracassem os entendimentos.

Ao sair da reunião com os líderes de todos os partidos e o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, o Senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e os Deputados Humberto Souto (PFL-MG) e Ziza Valadares (sem partido-MG) afirmaram ter concordado com as ponderações dos líderes que desejam aprimorar a emenda, mas recuperam-se a aceitar alterações que venham a ferir o espírito da proposta.